

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE
RECURSOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Norte Asset Management Gestão de Recursos S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Norte Asset Management Gestão de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Asset Management Gestão de Recursos S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

Reconhecimento das receitas e contas a receber

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 7 e 16 às demonstrações contábeis, a Companhia possui o montante a receber de R\$ 4.808.632 e receita líquida de R\$ 25.698.518, referente a prestação de serviços de gestão das carteiras dos fundos de investimento. As receitas de taxa de gestão dependem, substancialmente, de processos não automatizados para o processamento das métricas e dos percentuais definidos no regulamento de cada fundo de investimento, bem como de valores que servem de base de cálculo para o reconhecimento da receita. Em função da relevância desses valores nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos chaves existentes para apuração das receitas de gestão de carteiras de fundo de investimento, incluindo entre outros:

- Leitura do regulamento dos fundos e contratos de gestão firmados com os fundos de investimento;
- Cálculo da apuração do valor da taxa de gestão e seu registro contábil;
- Análise do correto registro da receita e contas a receber de acordo com o regime de competência e;
- Verificação da liquidação subsequente do contas a receber e análise da necessidade de provisão para devedores duvidosos.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber das taxas de gestão adotadas pela Companhia.

Títulos de dívida - Debêntures

A Companhia efetuou a emissão de títulos de dívida (debêntures) para distribuição pública com esforços restritos de colocação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, de forma que a precificação e capacidade de liquidação desses títulos requerem o cumprimento de certas obrigações. Devido a relevância, julgamento envolvido na mensuração e obrigações atribuídas a Companhia relativas as debentures emitidas consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura da escritura de emissão das debêntures;
- Análise das cláusulas de vencimento antecipado e cumprimento das demais obrigações da Companhia relativas à emissão dos títulos de dívida; e
- Exame da planilha de controle disponibilizada pela Companhia, que confirma o saldo contábil.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento dos montantes das obrigações reconhecidas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de maio de 2024.

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		10.265.032	10.866.002	Circulante		4.255.697	3.590.699
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.315	37.053	Fornecedores	11	12.849	51.481
Aplicações financeiras	6	5.436.085	5.121.582	Impostos e contribuições a recolher	12	1.371.919	1.456.796
Clientes a faturar	7	4.808.632	5.706.710	Obrigações trabalhistas	13	94.925	143.853
Adiantamento de férias	8	-	657	Adiantamento de Clientes		1.901	-
				Arrendamento a pagar	10	176.256	173.014
				Remuneração da debênture a pagar	14. a	2.597.847	1.765.555
Ativo não circulante		813.767	918.634	Passivo não circulante		1.040.595	1.089.049
Imobilizado	9	394.410	502.520	Debêntures a pagar	14	797.495	845.949
Direito de uso	10	419.357	416.114	Arrendamento a pagar	10	243.100	243.100
				Patrimônio líquido	15	5.782.507	7.104.888
				Capital social		1.000.000	1.000.000
				Reserva Legal		200.000	200.000
				Reserva de Lucros		4.582.507	5.904.888
Total do ativo		11.078.799	11.784.636	Total do passivo e do patrimônio líquido		11.078.799	11.784.636

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	16	25.698.518	16.462.370
Despesas gerais e administrativas	17	(4.103.792)	(3.616.512)
Despesas administrativas	17. a	(1.451.619)	(1.601.241)
Despesas trabalhistas	17. b	(2.214.842)	(1.654.664)
Despesas comerciais	17. c	(24.446)	(7.856)
Despesa com impostos/taxas/contribuições	17. d	(103.739)	(84.693)
Outras despesas operacionais líquidas	17. e	(309.146)	(268.058)
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		21.594.726	12.845.858
Resultado financeiro líquido	18	(3.782.718)	(1.429.307)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.812.008	11.416.551
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19	(3.739.295)	(2.098.378)
Lucro líquido do exercício		14.072.713	9.318.173
Lucro líquido do exercício por ação - 1000 (mil) ações		14.073	9.318

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	14.072.713	9.318.173
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>14.072.713</u>	<u>9.318.173</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.a	1.000.000	200.000	2.636.715	-	3.836.715
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.318.173	9.318.173
Distribuição de dividendos	15.d	-	-	-	(6.050.000)	(6.050.000)
Transferência para reserva de lucros	15.c	-	-	3.268.173	(3.268.173)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.a	1.000.000	200.000	5.904.888	-	7.104.888
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.072.713	14.072.713
Distribuição de dividendos	15.d	-	-	-	(15.393.550)	(15.393.550)
Transferência para reserva de lucros	15.c	-	-	(1.320.837)	1.320.837	-
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(1.544)	-	(1.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.000.000	200.000	4.582.507	-	5.782.507

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.072.713	9.318.173
Ajustes de exercícios anteriores	(1.544)	-
Depreciação imobilizado	111.096	105.672
Amortização e juros do direito de uso/arrendamento	222.750	203.050
Impostos e contribuições a recolher	(84.878)	1.135.779
Remuneração debenture a pagar	832.292	1.662.138
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>15.152.429</u>	<u>12.424.812</u>
Diminuição (aumento) em ativos operacionais		
Aplicação financeira	(314.503)	(1.392.356)
Cientes a faturar	898.077	(4.681.476)
Adiantamento de férias	657	(657)
	<u>584.231</u>	<u>(6.074.489)</u>
Diminuição (aumento) em passivo operacionais		
Fornecedores	(38.632)	36.690
Obrigações trabalhistas	(48.927)	(18.667)
Adiantamento de clientes	1.901	-
	<u>(85.658)</u>	<u>18.023</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>15.651.002</u>	<u>6.368.346</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda ou (Compra) de Ativo Imobilizado	(2.986)	(57.695)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(2.986)</u>	<u>(57.695)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento e juros sobre arrendamento	(222.750)	(203.050)
Obrigações por emissão de debentures	(48.454)	(38.330)
Distribuição de dividendos	(15.393.550)	(6.050.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(15.664.754)</u>	<u>(6.291.380)</u>
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(16.738)</u>	<u>19.271</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.053	17.782
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	20.315	37.053
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(16.738)</u>	<u>19.271</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Norte Asset Management Gestão de Recursos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária com sede na Cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3015, conjunto 112 - Estado de SP, constituída em 11 de março de 2020.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia, que tem por objetivo o exercício das atividades de gestão de fundos por contrato ou comissão.

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e o resultado reconhecido conforme regime de competência, os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em “Reais”, moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

a. Julgamentos

A Administração da Companhia avaliou e concluiu que não existem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

d. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos junto as Instituições Financeiras (Nota Explicativa nº 6). A classificação está alinhada ao modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados substancialmente por aplicações da Companhia em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), com liquidez imediata. Os juros, ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos na demonstração de resultado na Rubrica "Resultado financeiro".

Mensuração do valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a Companhia classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

- § Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- § Informações de Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- § Informações (inputs) de Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão classificados no Nível 2.

e. Clientes a faturar

O saldo de clientes a faturar é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos. Atualmente a gestão da Companhia entende que não seja necessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não existem títulos em atraso e não há histórico de atraso desses recebíveis.

Em clientes a faturar são registradas as receitas incorridas pela prestação de serviços não faturados até 31 de dezembro de 2023 que serão faturadas contratualmente em janeiro de 2024.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada em suas demonstrações desde o início de sua exigibilidade.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O contrato possui vencimento em 01 de janeiro de 2025 e para esse reconhecimento é necessário o registro desse ativo à valor presente aplicando taxa para financiamentos semelhantes, competitiva ao mercado. Baseado nessa premissa, a administração determina como ideal a taxa 0,89% ao mês considerando o cenário ideal para um possível financiamento imobiliário.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (impairment). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (impairment), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve necessidade para reconhecimento de perda pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis da Companhia.

j. Benefícios a funcionários

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

k. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; portanto, são provisionados e divulgados se classificados como perda provável, não são provisionados, mas divulgados em nota explicativa se classificados como perda possível, e não divulgados nem provisionados se classificados como chance de perda remota.

I. Imposto de Renda e Contribuição Social e outros impostos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Presumido. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000 trimestral para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

As alíquotas de PIS e COFINS, estão sob regime não cumulativo de apuração. As alíquotas utilizadas são de 0,65% e 3%.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

m. Receita operacional

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão e taxas de performance. As taxas de gestão são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade, baseado nos respectivos regulamentos e são reconhecidas por sua competência.

n. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. Já as despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, além dos juros passivos incorridos sobre debêntures.

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de prestação de serviços.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, ganhos e perdas cambiais não realizados, ganhos e perdas de atualização monetária, quando aplicável; e ii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>20.315</u>	<u>37.053</u>

O Caixa e equivalentes de caixa estão representados por valores em espécie e contas bancárias.

6. Aplicações financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	<u>5.436.085</u>	<u>5.121.582</u>

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDB (CDI) com vencimento em 2026, mas podem ser resgatados a qualquer momento.

7. Clientes a receber e a faturar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes a Faturar	<u>4.808.632</u>	<u>5.706.710</u>

A conta de clientes a faturar refere-se a taxas de gestão e performance devidas pelos Fundos, apuradas de forma mensal e semestral, respectivamente. A liquidação ocorreu em janeiro de 2024, conforme previsto nos regulamentos dos Fundos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Adiantamento de férias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Férias	-	657

A conta de adiantamento estavam os valores de funcionário que obteve as férias proporcionalmente em dezembro de 2022 e foram pagas em janeiro de 2023.

9. Imobilizado

Movimentação das contas do ativo imobilizado líquido:

Descrição	Taxa média de depreciação a.a. (%)	2023		2022	
		Adições	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	-	(36.571)	239.932	276.503
Máquinas e Equipamentos	10%	-	(174)	1.462	1.636
Computadores e periféricos	20%	2.986	(74.351)	153.016	224.381
Total		<u>2.986</u>	<u>(111.096)</u>	<u>394.410</u>	<u>502.520</u>

Descrição	Taxa média de depreciação a.a. (%)	2022		2021	
		Adições	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	1.378	(36.537)	276.503	311.662
Máquinas e Equipamentos	10%	1.737	(101)	1.636	-
Computadores e periféricos	20%	54.580	(69.034)	224.381	238.835
Total		<u>57.696</u>	<u>(105.672)</u>	<u>502.520</u>	<u>550.497</u>

10. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia possui contrato de aluguel (arrendamento operacional) para imóvel, com prazo médio entre 03 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como ativo: direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do ativo e passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

A Companhia definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possível remensuração por renovação dos contratos).

A taxa média ponderada de empréstimo incremental da Companhia aplicada em 1º de janeiro de 2023 foi de aproximadamente 0,89% ao mês utilizado como base as taxas de empréstimos imobiliários praticadas no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remensuração foi realizada para trazer ao valor presente o valor do contrato de aluguel, com a taxa acima, desta forma o valor do pagamento do aluguel está de acordo com a demanda do mercado.

a) Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	2022	Adições	2023
Direito de Uso	416.114	3.243	419.357
Direito de uso	338.303		740.886
(-) Amortização	(324.771)	(198.048)	(522.820)
(+) Remensuração	402.582	201.291	201.291

b) Passivo de arrendamento

Está representado aqui a provisão do arrendamento do imóvel alugado pela Companhia que renovou o contrato em dezembro de 2022 até janeiro de 2025, pelo fato do contrato ter o período de 25 meses para atender as normas contábeis, sua provisão está uma parte no passivo circulante e a outra no passivo não circulante.

- a. No passivo circulante está provisionado dos próximos dozes meses do contrato do aluguel a pagar, subtraído o valor de encargos do cálculo ao valor presente;
- b. No passivo não circulante está provisionado os 13 meses do restante do contrato de aluguel.

	2023	2022
Circulante		
Arrendamento aluguel	224.400	175.918
(-) Juros a apropriar	(24.701)	(44.182)
(+) Juros realizado	23.109	44.182
(-) Aluguel Pagos	(222.750)	(203.050)
(+) Reavaliação	153.089	181.784
(+) Juros da Reavaliação	23.109	18.362
Total Circulante	176.256	173.014
Não circulante	243.100	243.100
(+) Reavaliação	220.798	220.798
(+) Juros da Reavaliação	22.302	22.302
Total Não circulante	243.100	243.100
Total	419.356	416.114

(i) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional.

As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções, se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

11. Fornecedores

	2023	2022
A Vencer		
0 a 30 dias	10.197	32.985
31 a 60 dias	-	126
Acima de 60 dias	2.652	18.370
Total	<u>12.849</u>	<u>51.481</u>

São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

12. Impostos e contribuições a recolher

Representam todos os impostos e contribuições que a Companhia terá que recolher em um curto prazo, sendo de obrigações federais e municipais.

	2023	2022
Impostos e contribuições a recolher		
ISS a recolher	125.837	141.509
Imposto de renda a recolher	731.316	769.602
Contribuição social a recolher	283.837	286.184
IRRF a recolher	236	121
PIS a recolher	40.897	45.991
COFINS a recolher	188.756	212.264
CSRF a recolher	731	838
ISS retido a recolher	133	122
INSS retido a recolher	176	165
	<u>1.371.919</u>	<u>1.456.796</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações trabalhistas

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o funcionário tenha direito, com vencimento no curto prazo.

	2023	2022
Obrigações com o pessoal	43.966	51.985
Salários e ordenados a pagar	21.645	36.883
Pró-labore a pagar	22.321	15.102
Obrigações sociais	20.096	32.516
INSS a recolher	15.205	22.328
FGTS a recolher	2.062	5.060
IRRF sobre folha a recolher	2.829	5.128
Provisões	30.863	59.352
Provisão de férias	23.880	43.870
INSS sobre provisão de férias	5.422	12.022
FGTS sobre provisão de férias	1.561	3.460
Total	<u>94.925</u>	<u>143.853</u>

14. Debêntures a pagar

Representam obrigações por emissão de debêntures, emitidas em 19 de maio de 2021 e 07 de junho de 2021.

Em 19 de maio de 2021, foram emitidas 2.000 (duas mil) debêntures, sendo 1.000 (mil) debêntures da primeira série e 1.000 (mil) debêntures da segunda série, são simples, ou seja, não conversíveis em ações da emissora. O valor unitário das debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais), e não será atualizada monetariamente, o plano de distribuição das debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476, conforme previsto no contrato de distribuição. O valor final de emissão das debentures é de 2.0000.000 de Reais em moeda corrente.

De acordo com a Clausula 4.5 do contrato de Debêntures ressalvada a hipótese de vencimento antecipado, de resgate antecipado parcial facultativo, as Debêntures terão prazo de 7.317 (sete mil, trezentos e dezessete) dias a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2041, data em que a emissora deverá amortizar a integralidade do valor nominal unitário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Clausula 4.11 do contrato de Debêntures a emissora deverá realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, caso ocorra, a qualquer tempo a partir da Data de emissão, um evento de liquidez, nas quantidades indicadas, desde que aprovado em sede de assembleia geral de debenturistas.

Cada Debênture da primeira série e Debênture da segunda Série dará ao seu titular o direito ao recebimento, anualmente de uma parcela do lucro, auferido pela Companhia, calculada ou por participação nos lucros ou remuneração.

De acordo com a cláusula 4.10.6 do contrato de Debêntures exclusivamente para a Data de Pagamento de Participação nos Lucros marcada para 31 de maio de 2022, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, serão devidos aos debenturistas, conforme cláusula 4.10.4 do contrato de Debêntures, a Remuneração sobre os Lucros que excederem R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

De acordo com a cláusula 4.10.2 do contrato de Debêntures será deduzido do Lucro Líquido o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) anuais, devendo este valor ser corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os covenants previstos na escritura de emissão das debêntures estão sendo cumpridos e não há garantias da Companhia relacionadas a estas emissões.

Modalidades	31/12/2023	31/12/2022
Emissão de Debêntures	1.600.000	2.000.000
(-) Custo de Emissão de Debentures	(802.505)	(1.154.051)
Total debêntures a pagar	797.495	845.949

Conforme contrato firmado, as debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

Conforme disposto na Escritura geral de emissão das debêntures, a emissora poderá a seu exclusivo critério e nos prazos e termos firmados na emissão, por meio da escritura, efetuar o resgate antecipado das debêntures.

Seguindo o previsto em cláusula 4.12.3, a emissora aprovou em 11 de dezembro de 2023 o resgate antecipado parcial facultativo de 400 debêntures da Primeira Série exercendo o preço unitário de Resgate Antecipado Parcial Facultativo (PU RAPF) de R\$ 4.936,61. O montante de R\$ 1.974.645 (R\$ 400.000 referente ao principal e R\$1.574.645 de juros), foi conferido pelo agente fiduciário e liquidado em 15 de dezembro de 2023.

$$\text{PU RAPF} = \text{VNU} + \frac{\text{Lucro 24 meses} \times 2 \times 20\%}{2000}$$

VNU = Valor Nominal Unitário, correspondente a R\$ 1.000

a) Remuneração da debênture a pagar

2023	Saldo Acumulado
Lucro regular de 01/01/2023 a 31/12/2023(*)	16.670.559
(-) Dedução Debêntures *	(2.360.205)
(+) Reconciliações (Resgate Antecipado Facultativo)	1.574.645
(=) Lucro Líquido acumulado até 31/12/2023	12.989.235
Remuneração a pagar (20% lucro líquido acumulado)	<u>2.597.847</u>
2022	Saldo Acumulado
Lucro regular de 01/01/2022 a 31/12/2022(*)	11.083.727
(-) Dedução Debêntures *	(2.255.953)
(=) Lucro Líquido acumulado até 31/12/2022	8.827.774
Remuneração a pagar (20% lucro líquido acumulado)	<u>1.765.554</u>

(*) Refere-se ao lucro regular e ajuste de distribuição conforme determina o item 4.10.2. do instrumento de emissão das debêntures, onde o lucro regular é igual ao lucro líquido do exercício deduzido das despesas com remuneração e/ou comissionamento devidos ao coordenador líder e do ajuste de distribuição, que é igual a:

$$\text{Ajuste Distribuições} = \text{R\$ } 2.000.000,00 \times \frac{NI_K}{NI_0}$$

Remuneração a pagar aos debenturistas de acordo com o instrumento de emissão das debêntures com vencimento dia 31 de maio de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000, assim demonstrado:

2023 - Atual		
Acionistas	Nº de Ações Ordinárias	Percentual
Total	1.000.000	100,00%
Norte Asset Holding	999.000	99,90%
Gustavo Macedo Salomão	1.000	0,10%

b) Reserva legal

Destinação de 5% do lucro líquido do exercício para Reserva Legal conforme artigo 193 da Lei nº 6.404, com a finalidade de preservar o capital social, limitado ao teto de 20% do capital social da Companhia.

	2023	2022
Reserva legal	200.000	200.000

c) Reserva de Lucros

Refere-se a retenção de lucros após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos para futuras distribuições, aumento de capital, entre outros.

No exercício, foi deduzido da reserva de lucros o montante de R\$ 1.320.837 (aumento de R\$ 3.268.173 em 2022), totalizando um montante acumulado de R\$ 4.582.507 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.904.888 em 2022).

d) Distribuição de dividendos

Conforme art. 16 do Estatuto Social, parágrafo terceiro, o lucro líquido de cada exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, nos termos do art. 202 da lei nº 6404/76. Após a constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da lei nº 6404/76, o lucro que remanescer, ajustado por eventual constituição de reserva para contingências, respeitando o limite mínimo de 25% de pagamento de dividendos para os acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 15.393.550 (R\$ 6.050.000 em 2022).

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita líquida

A receita líquida da Companhia é proveniente de serviços de gestão prestados à fundos de investimento, cujo sua receita é calculada com base uma taxa contratual sobre o patrimônio líquido destes fundos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante reconhecido como receita da Companhia estava composto da seguinte forma:

	2023	2022
Receita bruta	<u>27.522.718</u>	<u>17.509.706</u>
Serviços prestados mercado interno	27.522.718	17.509.706
Deduções da receita bruta	<u>(1.824.200)</u>	<u>(1.047.336)</u>
(-) ISS	(645.757)	(370.811)
(-) COFINS	(968.583)	(556.048)
(-) PIS	(209.860)	(120.477)
Receita líquida	<u><u>25.698.518</u></u>	<u><u>16.462.370</u></u>

17. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas administrativas e gerais	<u>(4.103.792)</u>	<u>(3.616.512)</u>
a. Despesas administrativas	<u>(1.451.619)</u>	<u>(1.601.241)</u>
Manutenção de software empresarial	(286.070)	(200.799)
Feiras e eventos	(206.839)	(209.376)
Suporte de TI/informática	(171.492)	(356.102)
Viagens/ hospedagens	(156.237)	(102.269)
Lanches e refeições	(87.860)	(71.985)
Condomínio	(76.233)	(71.375)
Consultoria	(62.183)	(125.932)
Assistência jurídica	(50.038)	(72.820)
Energia elétrica	(46.267)	(41.122)
Copa e insumos	(45.740)	(26.210)
Assistência contábil	(38.107)	(34.856)
Telefone	(38.024)	(35.385)
Limpeza e manutenção	(35.538)	(29.825)
Serviços prestados por terceiros	(30.750)	(9.676)
Despesas diversas	(120.241)	(213.509)
b. Despesas trabalhistas	<u>(2.214.842)</u>	<u>(1.654.668)</u>
Salários e ordenados	(414.127)	(484.067)
Assistência médica e social	(732.794)	(439.568)
Prêmios e gratificações	(380.678)	(173.500)
INSS	(150.719)	(139.086)
Pró-labore	(260.352)	(101.808)
Benefícios e bolsa auxílio	(125.868)	(126.492)
Despesa com provisão de férias	(50.854)	(50.134)
Despesa com provisão de 13º salário	(30.486)	(36.200)
FGTS	(28.016)	(34.165)
Outras despesas trabalhistas	(40.948)	(69.648)

NORTE ASSET MANAGEMENT GESTÃO DE RECURSOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Despesas comerciais	(24.446)	(7.856)
Material impresso	(3.079)	(6.895)
Marketing	(600)	(961)
Fretes e Carretos	(1.280)	-
Brindes	(19.487)	-
d. Impostos, taxas e contribuições	(103.739)	(84.693)
IPTU	(60.087)	(57.007)
Taxas diversas	(38.571)	(15.444)
Taxas de cambio	(2.306)	(9.799)
IOF	(2.627)	(2.428)
Multas de mora	(148)	(15)
e. Outras despesas operacionais	(309.146)	(268.058)
Depreciação arrendamento aluguel	(198.049)	(162.386)
Depreciação	(111.097)	(105.672)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas Financeiras	767.421	387.981
Outras Despesas Financeiras	(1.399)	(11.070)
Remuneração Debêntures (nota 14.a)	(2.597.847)	(1.765.554)
Resgate antecipado facultativo (nota 14)	(1.574.645)	-
Apropriação do custo de emissão de debêntures	(351.546)	-
Juros c/ arrendamento aluguel - CPC 06	(24.702)	(40.664)
Resultado Financeiro	(3.782.718)	(1.429.307)

19. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
Receita Bruta	27.522.718	17.509.706
Receitas de 2021 tributadas em 2022	-	1.025.235
Total Receita - Base de tributação	27.522.718	18.534.941
Presunção de 32% (base de cálculo do IRPJ e CSLL) +		
Receita financeira	11.086.163	6.242.288
IRPJ 15%	(1.662.924)	(936.343)
IRPJ 10%	(1.078.616)	(600.229)
CSLL 9%	(997.755)	(561.806)
Provisão do IRPJ a pagar	(2.741.540)	(1.536.572)
Provisão do CSLL a pagar	(997.755)	(561.806)
Total IRPJ e CSLL	(3.739.295)	(2.098.378)

20. Instrumentos financeiros e derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não operou com derivativos.

21. Gerenciamento de risco

Os fundos geridos podem estar sujeitos aos riscos a seguir destacados:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de concentração;
- Risco de crédito & Risco de contraparte;
- Risco Operacional.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possível variação no valor dos ativos financeiros da carteira dos fundos de investimento. O valor destes ativos financeiros pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das empresas emissoras. Em caso de queda do valor dos ativos financeiros que compõem a carteira dos fundos de investimento, o patrimônio líquido dos fundos de investimento pode ser afetado. A queda dos preços dos ativos financeiros integrantes da carteira dos fundos de investimento pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos financeiros e dos derivativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no resultado dos fundos de investimento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de os fundos de investimento não possuírem recursos financeiros suficientes em uma data para honrar seus compromissos ou, ainda, os ativos financeiros dos fundos de investimento sofrerem diminuição de possibilidade de negociação por condições de mercado.

Risco de concentração

Este se apresenta em razão do eventual risco de perdas em decorrência da pouca diversificação dos investimentos realizados pelos fundos de investimentos, assim, a uma alta concentração em ativos financeiros emitidos por um ou por poucos emissores, modalidades de ativos ou eventualmente setores da economia.

Risco de crédito e Risco de contraparte

O risco de crédito e o risco contraparte consistem na incapacidade dos emissores de títulos públicos e/ou privados de dívida em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de seus passivos. Referidos riscos também decorrem da possibilidade de alterações das condições financeiras dos emissores e/ou contrapartes, ou de sua percepção pelo mercado, que podem comprometer a capacidade de pagamento, trazendo assim impacto em termos de preço e liquidez, entre outros fatores.

Risco operacional

O risco operacional ocorre pela falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações ou de falhas nos controles internos. São riscos advindos da ocorrência de fragilidades nos processos, podendo resultar em perdas inesperadas.

22. Partes relacionadas e remuneração da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não efetuou transações de partes relacionadas, exceto o mencionado abaixo:

22.1. Remuneração da Administração

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa do exercício, bem como pela remuneração variável, quando aplicável, provisionado no ano base e pago no ano corrente, e totalizam no exercício de 2023 o montante de R\$ 259.952 (R\$ 101.808 em 2022).

23. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução 23/21 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administração, no período, não contratou nem teve serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados a Companhia que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, que seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses destes.

24. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados.